A AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

RENATA CRISTINA DE SAL VIEIRA

RESUMO

Neste artigo será decorrido sobre a alfabetização e o letramento no ensino fundamental I, as características que envolvem, diferenciam e aproximam ambas práticas que devem estar presentes no processo de ensino e aprendizagem, sem esquecer a importância de o professor alfabetizador imprimir o valor de aproximar o mundo da vida real com as vivencias escolares. Sabendo que aluno é alguém que está na sala de aula para aprender e crescer na vida como cidadão crítico, a avaliação da aprendizagem também entrará como aliada do processo, desmistificando apenas um instrumento que tem fim em si mesma. Para complementar será trazida para compor a ideia de avaliação a Provinha Brasil com suas convergências e divergências aos olhos de dois autores, na intenção de relevar a importância de o docente saber do que se trata o instrumento de avaliação diagnóstica e o que fazer a partir dos resultados, com a finalidade de qualificar as práticas.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Letramento. Avaliação. Professor.

INTRODUÇÃO

Há alguns anos o tema avaliação vem sendo discutido entre acadêmicos e instituições, pois não é mais encarada como no século passado, onde só era visto o aluno como protagonista dos fracassos. Vale ressaltar que avaliação é um assunto que envolve preocupações em vários países, sendo eles de primeiro mundo também.

Neste artigo, será explanado brevemente sobre o papel da avaliação da aprendizagem nas séries iniciais, bem como o uso dos resultados destas para novas propostas, haja vista que atualmente, todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem têm sua participação analisada, considerando termos dificuldades de ensino-aprendizagem, que envolve a didática do professor. Neste sentido, utilizaremos discussões de pesquisadores que analisaram a Provinha Brasil, uma avaliação de cunho diagnóstico que serve de aporte tanto para os gestores como professores dos segundos anos do ensino fundamental que é a Provinha Brasil, uma avaliação de cunho diagnóstico que serve de aporte tanto para os gestores como professores dos segundos anos do ensino fundamental.

Alfabetização e letramento serão também expostos neste ensaio, pois assim como a avaliação tem cada vez mais ganhado atenção de especialistas, principalmente no que diz respeito a como o aluno aprende, o que se pode fazer para que aprenda melhor, enfim, didáticas, de diferentes correntes pedagógicas consideram a importância de ver o aluno como ser individual e capaz de aprender se houver investimentos pedagógicos pontuais.

A alfabetização sem o letramento desconsidera o protagonismo e a vida do aluno e isso vai contra tudo na contemporaneidade, principalmente porque praticamente tudo é efêmero na

sociedade da informação. O aluno precisa estar conectado aos acontecimentos mundiais e não deve estar apartado da escola.

Professores e gestores são profissionais que necessitam estudar seu "objeto" de trabalho para que seja possível atingir satisfatoriamente os objetivos, afinal não adianta pensar que antigos modos de trabalho que funcionaram no século passado com os alunos serão exitosos no contexto atual, é necessário analisar o alunado e sua realidade a fim de organizar o currículo das turmas, caso contrário entrará em cena a falta de concentração e apatia na classe, a alfabetização está intimamente ligada ao contexto social do educando e seus reais interesses.

Considerando as dificuldades de alguns alunos, será possível ainda tecer um capítulo dedicado para os porquês de alguns discentes não chegarem a ser alfabetizados conforme o esperado, mesmo com empenho dedicação do mestre. Desta maneira, relevaremos as particularidades que envolvem as dimensões culturais e sócio-afetivas, onde a escola e seus professores pouco podem intervir para a mudança da realidade.

Os objetivos deste trabalho estão centrados em conceituar alfabetização e letramento, bem como ações pedagógicas condizentes; enfatizar o uso das avalições da aprendizagem no processo de alfabetização, discriminar o uso das avaliações externas e analisar seu uso no cotidiano escolar, assim será possível inferir se estão como ferramenta pedagógica ou somente burocrática.

Diante da abrangência dos temas que envolvem a alfabetização, o letramento, avaliação e procedimentos didáticos, serão referenciados autores como Gontijo, (2014), uma pesquisadora sobre os assuntos em questão que aborda desde o conceito do que é ser um sujeito alfabetizado nos diferentes contextos sócio- histórico e traz contribuições muito pontuais sobre as avaliações em externas, mais especificamente no que diz respeito à Provinha Brasil. Para conceituar alfabetização e letramento o serão enfatizados os autores: Soares, Leite, Tassoni e Alarcão.

DESENVOLVIMENTO

Há alguns anos, especialistas e teóricos da alfabetização passaram usar o termo letramento em complemento ao que até então chamamos de alfabetização, porém, na verdade um está terminantemente ligado ao outro. Se tomarmos apenas o termo alfabetização podemos dizer que esta tem início, meio e fim, ou seja, inicia-se quando o código da escrita lhe é apresentado e termina quando o discente consegue codificar e decodificar os signos da escrita. No senso comum podemos entender que a maioria das pessoas compreende a alfabetização como capacidade de ler e escrever, porém os Parâmetros Curriculares Nacionais ampliam esta visão quando nos apresentam que:

É habitual pensar sobre a área de Língua Portuguesa como se ela fosse um foguete de dois estágios: o primeiro para se soltar da Terra e o segundo para navegar no espaço. O primeiro seria o que já se chamou de "primeiras letras", hoje alfabetização, e o segundo, aí sim, o estudo da língua propriamente dita. [...] Por trás da prática em dois estágios, está

a teoria que concebe a capacidade de produzir textos como dependente da capacidade de grafá-los de próprio punho. [...] A compreensão atual da relação entre a aquisição das capacidades de redigir e grafar rompe com a crença arraigada de que o domínio do bê-á-bá seja pré-requisito para o início do ensino de língua e nos mostra que esses dois processos de aprendizagem podem e devem ocorrer de forma simultânea [...]. A alfabetização, considerada em seu sentido restrito de aquisição da escrita alfabética, ocorre dentro de um processo mais amplo de aprendizagem da Língua Portuguesa. (BRASIL, 1997, p. 27-28).

Portanto, o letramento na relação com a alfabetização tem como característica um processo mais extenso, sem fim, sem limites pré-estabelecidos, respeitando os diferentes momentos de cada aluno, considerando o meio que está inserido. Isto quer dizer que o meio é norteador destas aprendizagens frente às exigências das práticas sociais, assim quanto maior for o fluxo de informações e trocas de experiências, mais elevado será o nível de letramento.

Há autores, como Soares (2003), que defendem a impossibilidade de alguém não ser letrado, pois isto independe de uma sala de aula na visão destes pautados na observação de que homens e mulheres que não tiveram acesso à leitura e escrita, são capazes de ir e vir com uso de transporte, realizar compras, fazer investimentos, manter uma família, trabalhar, etc. São exemplos de pessoas letradas e não alfabetizadas.

Na contramão disso, temos casos de pessoas que não são consideradas analfabetas, mas são incapazes de realizar a leitura de um simples texto instrucional, sair de casa onde requeira mudar de ônibus, cuja exigência é o domínio dos códigos. Enfim, muitos casos teríamos para apontar, porém o que nos interessa marcar é que para que possamos ter sujeitos alfabetizados e letrados, a escola necessita trabalhar de maneira diferenciada, com ensino com sentido para o aluno, com propostas da sua realidade e não com textos que não circulem no meio social. Diríamos mais ainda que é preciso ir além do sentido, é preciso despertar de alguma forma prazer neste processo. Quanto a isso Soares ao tratar do desenvolvimento da leitura neste processo de aprendizagem nos apresenta que:

Desse modo, a leitura estende-se da habilidade de traduzir em sons sílabas sem sentido as habilidades cognitivas e metacognitivas; inclui, dentre outras: a habilidade de decodificar símbolos escritos; a habilidade de decodificar símbolos escritos; a habilidade de captar significados; a capacidade de interpretar sequências de ideias ou eventos, analogias, comparações, linguagem figurada, relações complexas, anáforas; e, ainda, a habilidade de fazer previsões iniciais sobre o sentido do texto, de construir significado combinando conhecimentos prévios e informação textual, de monitorar a compreensão e modificar previsões iniciais quando necessário, de refletir sobre o significado do que foi lido, tirando conclusões e fazendo julgamento do conteúdo (SOARES, 2003, p. 69).

Ao iniciar por uma boa leitura, o professor que parte do foco de interesse do aluno estimula mecanismos cerebrais

ativados automaticamente e, consegue atrair a atenção do aluno para a história, oportunizando momentos de prazer de estar na sala ouvindo histórias que muitas das vezes são repetitivas , mas a entonação e a fluência diferenciada, poderá lhe despertar sua imaginação, dando-lhe uma gama de possibilidades de repertoriar melhor o seu conhecimento das palavras e dos seus respectivos usos nos contextos orais e escritos, favorecendo que este possa ser , melhor escritor.

Talvez a diretriz pedagógica mais importante no trabalho (... dos professores), tanto na pré-escola quanto no ensino médio, seja a utilização da escrita, em sala, correspondendo às formas pelas quais ela é utilizada verdadeiramente nas práticas sociais. Nesta perspectiva, assume-se que o ponto de partida e de chegada do processo de ensino-aprendizagem da língua é o texto falado ou escrito, caracterizado pela unidade de sentido que se estabelece numa determinada situação discursiva (LEITE, 2011, p. 25).

O professor alfabetizador, necessita ter disposição para aprender a aprender, e consequentemente aprender a ensinar, precisa estar imbuído de criticidade e interesse em ler, pesquisar em um processo de formação continuada, e abertura e disponibilidade para transcender velhos paradigmas. Vencer paradigmas antigos e descabíveis na atualidade implica em compreender que somos seres incompletos, inconclusos e inacabados, parafraseando Freire (1999), e que conscientes de nossa incompletude, estaremos constantemente buscando o saber. É através de muito esforço que o professor pode se aproximar do sucesso na alfabetização, considerando entre outros aspectos a afetividade.

As experiências vividas em sala de aula ocorrem, inicialmente, entre os indivíduos envolvidos, no plano externo (interpessoal). Através da mediação, elas vão se internalizando (intrapessoal), ganham autonomia e passam a fazer parte da história individual. Essas experiências também são afetivas. Os indivíduos internalizam as experiências afetivas com relação a um objeto específico. (TASSONI, 2000, p. 3)

A alfabetização enquanto um processo demanda também do professor o gosto e o prazer pelo que faz: ensinar. Neste sentido Alarcão corrobora que:

Nessa escola, acredita-se que formar é organizar contextos de aprendizagem, exigentes e estimulantes, isto é, ambientes formativos que favoreçam o cultivo de atitudes saudáveis e o desabrochar das capacidades que lhes permitem viver em sociedade, ou seja, nela conviver e intervir em interação com os outros cidadãos. Atribuem aos professores a capacidade de serem atores sociais, responsáveis em sua autonomia, críticos em seu pensamento, exigentes em sua profissionalidade coletiva assumida [...] habituados a refletir, terão motivações para continuar e para investigar, reconhecerão a importância das dimensões afetivas e cognitivas do ser humano, reagirão melhor em face da mudança e do risco que caracterizam uma sociedade em profunda transformação (ALARCÃO, 2001, p. 11-2).

Este não é um processo que é possível o professor desenvolver com sucesso sozinho, sendo preciso estar sempre em ação, a equipe que gestora, especialmente na figura do coordenador pedagógico pre-

cisa se atentar ao grupo de professores e o que pode fazer para contribuir para que tenha prazer em adentrar e ensinar nesta escola.

A alfabetização como um quebra-cabeça, uma peça perdida compromete o todo e atualmente está efervescendo, colocando os diversos "atores" para pensar em como garantir na idade certa.

Aos oito anos de idade, as crianças precisam ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafofônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos (BRASIL 2012, p.5,).

Para a possibilidade de alfabetizar dentro das perspectivas atuais, é importante ressaltar que a estruturação do trabalho pedagógico deve estar em quatro eixos centrais:

O Sistema de Escrita Alfabética é complexo e exige um ensino sistemático e problematizador;

O desenvolvimento das capacidades de leitura e de produção de textos ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado logo no início da Educação Básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias;

Conhecimentos oriundos das diferentes áreas podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam ouvir, falar, ler, escrever sobre temas diversos e agir na sociedade;

A ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem. (BRASIL, 2012, p.5,)

Os eixos norteadores são de uma alfabetização na perspectiva do letramento, é direito do aluno aprender de maneira que possa compreender o mundo que o cerca, bem como com atividades engajadas em gêneros que permeiam no seu cotidiano.

A Alfabetização e a didática do professor

Os autores logicamente contribuem muito para a garantia de uma alfabetização consistente, subsidiam com teorias que sustentam as ações diárias dos professores, afinal, não há como pensar em atuar numa sala com vinte, trinta alunos partindo do senso comum, por isso, em todos os cursos onde forma-se pessoas para a docência há uma disciplina voltada para a didática, que visa amparar os discentes futuros docentes:

[...] em todos os elementos constitutivos da dinâmica escolar, quais sejam: a reflexão pedagógica necessária à implementação de um projeto educativo, com suas concepções explicitadas através de seus planejamentos e efetivadas através de sua dinâmica cotidiana" (MELO; URBANETZ, 2008, p. 152).

Ensinar como já mencionado neste trabalho, não é simples, envolve muito mais que Habilidades, por isso, Freire (1992, p. 70), afirma que "ensinar não é a

pura transferência mecânica do perfil do conteúdo que o professor faz ao aluno passivo e dócil". Articulando ao pensamento de Freire, pode- se inferir que é preciso colocar o aluno em ação, ativar a alfabetização não só das letras, mas também da criticidade do mundo em que está inserido, ou seja, partir do seu conhecimento e "evitar a dicotomia entre esses saberes, o popular e o erudito" Freire (1992, p. 86).

Cada professor precisa encontrar meios adequados e recomendáveis para escolher a didática ideal para os momentos de ensino e aprendizagem, no entanto e prudente partir do que a pedagogia enquanto ciência comprovou em estudos e pesquisas e ajustar, avaliar o tempo todo o que deu ou não certo para sua turma, visto que cada realidade é única.

A avaliação da Aprendizagem

Quando mencionado sobre a didática, escolhas desta ou daquela maneira de ensinar, há uma atividade docente que não se separa da atuação em momento algum: avaliar. Isso não é pensar em remeter ao aluno a culpabilidade de acertar ou não as propostas didáticas, mas envolve a tomada de decisões o tempo todo partindo do planejamento, da seleção dos conteúdos, da didática a ser adotado, como os alunos se encontram no processo educativo, enfim, a avaliação é inerente à prática docente, à escola, à humanidade em geral, mas na escola tem caráter diferenciado, mas:

A avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com o projeto pedagógico e com seu consequente projeto de ensino. A avaliação, tanto no geral quanto no caso especifica da aprendizagem, não possui uma finalidade em si; ela subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido" (LUCKESI, 1995, p.85).

Para Demo (2010, p.18), "[...] avaliação, ao contrário do que se aventa, é feita para classificar, busca comparar, contrasta as pessoas sobre cenários onde sempre há quem esteja mais em cima e quem esteja mais embaixo. " Mesmo dando sentido muitas vezes negativa, a avaliação é essencial ao processo educativo em todas as etapas, partindo da educação infantil até os mais altos níveis da formação profissional, obviamente com as devidas adequações, porém têm os mesmos sentidos e ressalta ser "[...] é inviável avaliar sem dispor de escala de contraste. Não podemos dizer se algo está mais acima ou mais abaixo, está melhor ou pior, está para mais ou para menos, sem que tenhamos por trás escala que permita posicionar" (p. 21), mas ressalta que [...] toda sociedade, ao realizar seu processo de socialização, através do qual padroniza os comportamentos, papéis, normas e valores, classifica as pessoas e grupos, revelando tendência funcional de preferir o cidadão medíocre ao criativo Demo (2010, p. 11).

É sempre possível decantar na pedagogia que os alunos não deveriam ser comparados entre si, porque cada um tem seu ritmo próprio, mas, na prática, o fato de os alunos estarem juntos numa sala é o bastante para os escalonar, o que transforma simples diferenças em autênticas desigualdades (DEMO, 2010, p. 10).

Sousa (1995, p. 63), complementa que " a avaliação se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar a tomada de decisões, quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar", desta maneira, para analisar os insumos da avaliação, precisa ter planejamento e intencionalidade bem definidos, "onde os critérios da avaliação não são estabelecidos de modo dissociados das posições, crenças. Visão de mundo e práticas sociais de quem a concebe, mas emergem da perspectiva filosófica, social e política de quem faz o julgamento e dela são expressão. Sousa (1997, p. 12).

No meio acadêmico também se discute muito a avaliação assim como a

alfabetização e, graças às reflexões que suscitadas e que aos poucos o cenário educacional vem se transformando paulatinamente.

Nos últimos vinte e cinco anos da história da educação muitas mudanças foram as grandes marcas e uma delas diz respeito às avaliações externas como a Provinha Brasil, mais ligada ao segundo ano do ensino fundamental, esta tem como função mostrar como os alunos estão no processo de alfabetização, sendo um instrumento diagnóstico. Foi regularmente instituída pela portaria normativa nº- 10, de 24 de abril de 2007, com os objetivos de:

a) avaliar o nível de alfabetização dos educandos nos anos iniciais do ensino fundamental;

b) oferecer às redes de ensino um resultado da qualidade do ensino, prevenindo o diagnóstico tardio das dificuldades de aprendizagem;

c) concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional. (BRASIL, PORTARIA, Nº 10, 2007)

A Provinha Brasil é considerada uma avaliação externa, afinal é elaborada e distribuída pelo MEC, contudo tem diferenciais quando comparada às demais como a Prova Brasil, que recebe todo o tratamento de dados pelo INEP. O grande problema é aliar os resultados destas avaliações ao planejamento da turma, dando maiores possibilidades de realmente qualificar o ensino. Por isso, a correção é realizada na seqüência de sua aplicação, oportunizando a realização de estudos e propostas pedagógicas para as turmas e permite:

Avaliar o nível de alfabetização dos alunos/turma nos anos iniciais do ensino fundamental; diagnosticar possíveis insuficiências das habilidades de leitura e escrita. Esses objetivos possibilitam, entre outras ações: estabelecimento de metas pedagógicas para a rede de ensino; planejamento de cursos de formação continuada para os professores; investimento em medidas que garantam melhor aprendizado; desenvolvimento de ações imediatas para a correção de possíveis distorções erificadas; melhoria da qualidade e redução da desigualdade de ensino. (BRASIL, 2009 a, p. 8).

Sobre as avaliações externas Machado afirma que:

As experiências iniciais de avaliações externas, até mesmo fora do Brasil, foram justificadas como necessárias para se poder monitorar o funcionamento de redes de ensino e fornecer aos seus gestores subsídios para a formulação de políticas educacionais com focos mais bem definidos em termos dos resultados que, por sua vez, decorreriam das aprendizagens dos alunos (MACHADO, 2013, p. 17).

Gontijo (2012) faz uma análise pedagógica sobre as versões da Provinha Brasil de 2008 e 2009, muito importante para que os docentes possam ter olhares mais críticos para o instrumento. Segundo a autora:

Apesar da adoção de instrumentais que permitem a aferição dos resultados de testes, têm sido percebidos limites quando se trata, por exemplo, de avaliar o eixo escrita e de construir itens com ele relacionados. Nesse sentido, a Matriz de Referência para Avaliação da Alfabetização e do Letramento Inicial (2008) propunha três eixos: apropriação do sistema de escrita, leitura e escrita. Entretanto, no ano de 2009, esse último eixo, essencial no processo de alfabetização, foi retirado do documento (p. 607).

Observa ainda que a supressão da escrita perdurou em 2010 e 2011, ou seja, "a mudança consistiu na exclusão do eixo escrita, restando apenas os eixos apropriação do sistema de escrita e leitura, ou seja, elementos ligados à técnica da escrita e da leitura". (p. 608). Deste modo observa que "o eixo compreensão e valorização da cultura escrita, que diz respeito não constitui a matriz sob a forma de descritores, capacidades ou habilidades". Na realidade, a autora destaca que se exime "capacidades", restando somente na matriz de referência descritores e habilidades.

Numa visão analítica e crítica sobre a Provinha Brasil, Morais Também observa algo e releva:

[...] é intrigante o fato de que, no 2º ano do 1º ciclo, na maioria dos grupos-classe, mesmo os alunos que já dominassem as convenções da escrita alfabética fossem impedidos de vivenciar a leitura silenciosa de textos. Se juntarmos a isso o predomínio de ocorrência de situações em que as próprias mestras liam em voz alta textos para seus alunos, concluímos que, mesmo ao final do segundo ano de alfabetização, talvez aqueles aprendizes tivessem poucas oportunidades de, em sala de aula, exercer, de forma minimamente autônoma, a leitura completa de um texto, em silêncio (MORAIS, 2012, p. 560).

Gontijo concluiu que: "O divórcio constatado parece sugerir não a

"inadequação", "fragmentação" ou "descontextualização" do exame elaborado pelo INEP, mas uma necessidade urgente de qualificarmos as práticas de ensino de alfabetização desenvolvidas em nossas redes de ensino." (p. 566).

Neste sentido Morais assevera:

[...] a urgência de implantação de políticas públicas que assegurem o atendimento da diversidade no interior das salas de aula. A implementação de apoios permanentes à atuação dos alfabetizadores responsáveis pelos alunos dos três primeiros anos de alfabetização precisa ser tomada não só como medida de garantia do direito à aprendizagem pelos alfabetizandos, mas de garantia das adequadas

condições de exercício da docência. (MORAIS, 2012, p. 567)

Numa lógica de que os professores deveriam se apropriar do que é de fato a

Provinha Brasil, os dois autores apresentam fortes indícios de que há lado positivos e negativos, mas isso é algo inevitável e inerente a tudo. Em suma, é relevante ser um dos instrumentos criados pelo Governo Federal, que está presente nas salas de aulas das escolas públicas e que requer estudos nas escolas, caso contrário cumprirá apenas papel burocrático de aplicar, corrigir, mostrar quem foi bem, quem não foi e ainda ter a possibilidade de se criar climas de competição entre os docentes, mesmo sabendo que cada turma tem suas particularidades e necessidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as literaturas próprias para a elaboração deste artigo foi possível concluir o quanto é preciso que o professor tenha atenção no como alfabetizar seus alunos pensando na sua emancipação como ser que pensa e age numa sociedade envolvida por principalmente de informações e tomadas de decisões constantes que requerem a apropriação da leitura e da escrita para que possa atuar, fazer suas opções.

O professor e equipe gestora também têm em mãos decisões preciosas que envolvem a dimensão política, haja vista ter o "empoderamento" de escolher o que será apresentado aos alunos, como será ministrado, quando, enfim, uma série de decisões que interfere na vida de outras pessoas, desta maneira também precisam ser pessoas críticas que devem conhecer bem seu campo de atuação, porém, diante de pesquisas e estudos está comprovado que a classe do magistério ainda lê pouco e ainda conta, em sua maioria com a formação inicial, o que é um indício de que a qualidade na educação demorará muito para se expandir.

Diante do exposto no que diz respeito às escolhas é possível adentrar no outro tema desenvolvido que é a avaliação, que se trata de um processo iniciado a partir do instante que se apresente à turma/ classe até o último dia de aula, pois não se dão apenas nos momentos em que as propostas envolvem o registro escrito por meio de perguntas e respostas, isso, segundo Machado (2012) é de fato uma prova, pois o processo todo é que se chama avaliação. Assim pode-se relevar que tudo o que é feito durante o ano faz parte da avaliação, seja um olhar que observa o aluno, a sua resposta inocente, enfim, tudo compõe o ato.

Por falar em avaliação neste artigo houve menções sobre as avaliações externas que entram nas salas de aula das escolas públicas, mas que ainda está pouco são discutidas para a garantia do ensino de qualidade. As escolas e seus profissionais precisam debruçar estudos e discutir sobre o instrumento que não pode ser utilizado somente como algo burocrático que deve ser cumprido para que os Governos tenham em mãos os resultados, é infinitamente recomendável que estas estejam à serviço do ensino e da aprendizagem e, articulada com a proposta do Projeto Político Pedagógico que também não é mero documento burocrático.